



Destaque Semanal

Pan-Africanism

Pan-Africanism refers to the conviction that all Africans and descendants of Africans in the diaspora share a common history, common interests and, ultimately, a common fate which thus(...)

Jihan El-Tahri

Feminismos

Catarina Martins

Publicado em 2019-04-01

Entender os “Feminismos” no âmbito das epistemologias do Sul e enquanto “pensamento alternativo das alternativas” (Boaventura de Sousa Santos) implica um questionamento radical, a partir de uma perspectiva pós-colonial, de uma teoria que, apesar de crítica do conhecimento produzido na modernidade europeia, e das relações de poder que ele sustenta, nomeadamente no que diz respeito à diferença sexual, se filia no mesmo paradigma epistemológico. Esta interrogação dos feminismos quer perceber até que ponto esta filiação limitou e continua a limitar o seu potencial de pensamento alternativo e a contribuir para a produção de invisibilidades e opressões. Por outro lado, a multiplicidade dos caminhos percorridos e dos instrumentos conceptuais desenvolvidos pelos feminismos, aliada à perspectiva pós-colonial, deve aprofundar o potencial epistemológico de ambos. A descolonização dos feminismos – imperativo que se ouve, desde há três décadas, a partir de vários Suis não imperiais (Ásia, América Latina, África) - implica uma nova história e uma nova geografia não eurocentrada dos feminismos, com temporalidades diferentes e outros modelos conceptuais, que chegam a colocar em causa noções estruturantes como “patriarcado” ou “género”.

Feminismo e Pós-Colonialismo

O conceito de feminismo pós-colonial diz respeito, por um lado, a uma análise dos colonialismos e dos movimentos anticoloniais, a partir da dimensão da diferença sexual como indissociável da natureza, dinâmicas e códigos simbólicos dos poderes em jogo. Inclui ainda a denúncia da instrumentalização das mulheres colonizadas nas disputas coloniais e neocoloniais. A representação metonímica da “Mulher do terceiro mundo” (“africana”, “indígena”, “islâmica”) tanto serve uma hierarquização “civilizacional” eurocêntrica que sustém os

discursos e as políticas imperialistas do Ocidente como as reações nacionalistas de cunho essencialista. São disputas entre patriarcados, nas quais as mulheres não têm voz.

Por outro lado, feminismo pós-colonial designa a crítica que, a partir sensivelmente dos anos 80 do séc. XX, começa a ser feita aos feminismos do Norte, devido ao viés eurocêntrico e colonial da sua análise social e à definição de um conceito universal de Mulher, moldado pela mulher europeia, branca, cristã e de classe média, que invisibilizava as opressões específicas de mulheres de diferentes raças e contextos culturais e religiosos e subalternizava as suas lutas, impondo molduras teóricas e agendas de intervenção exógenas, entendidas como mais uma forma de violência imperialista em relação às mulheres do Sul. Esta crítica está relacionada com o pensamento dos feminismos negros norte-americanos que, a partir do problema do racismo, abriram os feminismos à heterogeneidade das identidades sexuais e à multiplicidade de opressões e de lugares de enunciação da resistência, nomeadamente através do conceito de interseccionalidade para pensar a articulação dos sistemas de dominação de sexo, raça, classe social, orientação sexual e outras categorias.

Feminismos Asiáticos

Gayatri C. Spivak (1987), de origem bengali, e referência incontornável dos estudos pós-coloniais, recusaria o conceito de um “feminismo asiático”, por considerar que a “Ásia” faz tão pouco sentido enquanto categoria de reflexão como qualquer outra construção geográfica produzida pelo colonialismo europeu e assente em “mulheres ícone”. A reflexão multifacetada desta teórica assenta numa crítica profunda à ordem capitalista global, ao imperialismo e aos neocolonialismos, bem como ao eurocentrismo – e ao feminismo eurocêntrico – através de uma metodologia desconstrucionista e da recusa das simplificações dicotómicas do conhecimento ocidental, supostamente objectivo, ao qual opõe um conhecimento situado, em permanente “double bind” (tensão entre respostas contraditórias). Spivak expande o paradigma da interseccionalidade à posição das mulheres na geopolítica global e no sistema internacional do trabalho capitalista, num sentido transnacionalista. Identifica as mulheres pobres do Terceiro Mundo como as subalternas entre os subalternos, cuja possibilidade de falar interroga. Spivak formula ainda o conceito de “essencialismo estratégico”, uma ficção consciente que, contudo, serve para unir colectivos de mulheres em torno de uma causa emancipadora.

Também Chandra Mohanty (1991), de origem hindu, aborda a questão da violência epistemológica e discursiva de ordem colonial, por parte dos feminismos ocidentais, na re/produção de uma imagem monolítica e descontextualizada da Mulher do Terceiro Mundo como eterna vítima, sexualmente oprimida, ignorante, pobre, fortemente ligada à tradição, por oposição a uma representação das mulheres ocidentais como modernas, emancipadas e com controlo sobre os próprios corpos. Esta imagem é construída a partir de categorias, estratégias e prioridades de um normativo feminista do Norte, cuja relação com o Outro é de ordem hierárquica e resulta numa supressão das heterogeneidades materiais e históricas, na invisibilização de processos emancipatórios diferenciados e na impossibilidade de estabelecimento de alianças estratégicas que construam identidades políticas de oposição.

Feminismos Latino-Americanos

Em especial, duas autoras latino-americanas deslocadas para os EUA são importantes para repensar os feminismos como alternativas epistemológicas, a partir da ideia de colonialidade. A chicana Gloria Anzaldúa (1987), falando pelas “mulheres de cor” (negras, chicanas, latino-americanas, asiáticas e outras) propõe, como novo sujeito do feminismo, uma consciência mestiça, dinâmica, flexível e processual, de fronteira entre culturas, saberes e pertenças identitárias, que se opõe à dimensão categorizante, unificadora e promotora de binarismos quase sempre essencialistas da racionalidade ocidental. A consciência mestiça aparece como o pensamento da contradição, da desidentificação e do enfrentamento do sujeito com os discursos conformadores de identidades que o atravessam, incluindo o do feminismo, no sentido da produção de novas culturas que ampliem solidariedades.

Também Maria Lugones (2008) propõe um feminismo *decolonial* a partir da verificação da natureza europeia e moderna do conceito de género como instrumento da colonialidade do ser e do saber, particularmente quando serviu o capitalismo na destruição de mundos com ontologias, cosmologias, línguas e estruturas sociais, económicas e políticas diferentes, não sexuadas. Através de uma metodologia que suspende a priori qualquer paradigma de base categorial (que sempre provoca invisibilidades, mesmo quando desagrega as opressões, segundo o modelo interseccional) e, em particular, a percepção de género (que tem inscritos em si conceitos como patriarcado, dimorfismo sexual e heterossexualidade), Lugones quer descobrir o “não-moderno”,

resistências entendidas a um nível infrapolítico como produção de intersubjetividades localizadas e incorporadas, entretecidas criativamente a partir do locus fraturado da diferença colonial, e das consciências múltiplas que nele surgem. Neste “não-moderno” e na reformulação do conceito de poder, Lugones inclui a formação de comunidades e a transmissão quotidiana de práticas de vida, valores, ontologias e espaços-tempo, em que a vida e o bem-viver se sobrepõem às lógicas capitalistas.

Feminismos Africanos

Consolidando-se, sobretudo, a partir dos anos 80, os feminismos com origem no continente africano partilham do imperativo de uma descolonização dos feminismos ocidentais, através da crítica quer do saber sobre África produzido no Norte, em particular das representações coloniais das culturas e das mulheres africanas, quer da base epistemológica deste saber, quer das agendas “de género” produzidas pelos poderes do Norte, incluindo os feministas, tendo como objetos, e não como sujeitos, as mulheres do continente, nomeadamente no âmbito de políticas de ajuda ao desenvolvimento, instrumento determinante do capitalismo global e do neocolonialismo.

Numa perspetiva epistemológica, o maior desafio surge no chamado feminismo etnográfico, no qual se destacam as nigerianas Ifi Amadiume (1987) e Oyèrónké Oyewùmí (1997). Ambas analisam sociedades pré-coloniais que não têm o sexo/ género como vetor estruturante. Ali, os homens/ as mulheres não constituem grupos socialmente identificáveis e os papéis sociais que ocupam devem-se a outros fatores de organização social e das identidades, como a idade ou a linhagem, inclusivamente no quadro do contrato conjugal, em que as funções que este define não incluem a determinação de sexo. É possível identificar mulheres em lugares políticos e sociais proeminentes, o que contraria, igualmente, uma noção universal de patriarcado. O desafio que Amadiume e Oyewùmí colocam aos feminismos no âmbito das epistemologias do Sul é pensar a possibilidade de uma organização social não sexuada, uma sociedade “pós-género”. Conceber este tipo de organização é algo que a mundivisão ocidental torna extremamente difícil, até na configuração sexuada das línguas europeias que lhe dão expressão, por oposição à ausência de flexão de género nas línguas destas comunidades africanas. Estas teóricas, nem que seja em tese, desafiam a uma desconstrução feminista radical de toda a percepção do mundo e das coisas, incluindo da linguagem que a cristaliza.

Mais recentemente, os feminismos africanos procuram refletir os desafios que se colocam às respetivas sociedades, no período que sucedeu ao fracasso dos projetos de independência dos múltiplos países, no que diz respeito aos papéis sociais das mulheres, situando as respostas feministas num quadro teórico transnacionalista fortemente associado ao ativismo de base, que amplia a crítica aos normativos nacionais e pan-africanos, bem como ao capitalismo global, que é identificado como causa principal das diversas opressões e violências exercidas sobre as mulheres.

Referências e sugestões adicionais de leitura:

Amadiume, Ifi (1987), *Male Daughters, Female Husbands. Gender and Sex in an African Society*. London and New Jersey: Zed Books.

Anzaldúa, Gloria (1987), *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lutte Books.

Lugones, Maria (2008), “Colonialidad Y Género”, *Tabula Rasa*. Bogotá-Colômbia, No. 9: julio-diciembre 2008: 73-101.

Mohanty, Chandra T. (1991), “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses”, in Mohanty, C.T., Russo, A. & Torres, L., *Third World Women and the Politics of Feminism*, Indiana University Press: Bloomington and Indianapolis.

Oyewùmí, Oyèrónké (1997), *The Invention of Women. Making an African Sense of Western Gender Discourses*. London e Minneapolis: University of Minnesota Press.

Spivak, Gayatri C. (1987), *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. New York: Routledge.

Catarina Martins é Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora no Centro de Estudos Sociais. Foi leitora na Universidade Cheikh Anta Diop, Dakar. Doutorada em Literatura Alemã, especializou-se em Estudos Feministas, Estudos Pós-Coloniais e Estudos Comparados de Literatura e Cultura, especialmente nas Áfricas.

Como citar

Martins, Catarina (2019), "Feminismos", *Dicionário Alice*. Consultado a 27.05.19, em https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24285. ISBN: 978-989-8847-08-9

